

A questão ambiental a partir da teoria marxista da dependência: possíveis diálogos e intersecções

Juliana Vargas Palar¹

Leonardo Granato²

Resumo: O intercâmbio entre o ser humano e a natureza é uma marca da história da humanidade. Contudo, tal intercâmbio é dotado de especificidades conforme cada formação social. No capitalismo, essa relação é orientada para a obtenção de valor. Entretanto, essa relação também possui suas particularidades, dado que esse sistema se constitui como uma totalidade integrada diferenciada. A teoria marxista da dependência pontua as particularidades do capitalismo no referente às economias dependentes. Contudo, ela não aborda diretamente como a questão ambiental pode ser compreendida nesses países. Em razão disso, urge o seguinte questionamento: como a questão ambiental pode ser compreendida a partir da teoria marxista da dependência? Para responder a essa questão, o presente trabalho empregará o referencial teórico de matriz marxista, o método de abordagem indutivo, o método de procedimento histórico e a técnica de pesquisa bibliográfica. O objetivo é apontar se há particularidades da questão ambiental nos países dependentes.

Palavras-chaves: Natureza. Capitalismo. Dependência.

Abstract: The exchange between human beings and nature is a hallmark of human history. However, it is provided by specificities according to each social formation. In capitalism, this relationship

¹ Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Política, Estado e Capitalismo na América Latina da referida Universidade. E-mail: julianapalar@gmail.com

² Doutor em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenador do Núcleo de Estudos em Política, Estado e Capitalismo na América Latina da referida Universidade. E-mail: leonardo.granato@ufrgs.br

is oriented towards obtaining value. However, this relationship also has its particularities, once that this system is constituted as a differentiated integrated totality. The Marxist dependency theory points out the particularities of capitalism in dependent economies. However, it doesn't directly approach how the environment issue can be understood in these countries. For this reason, the following question is urgent: how can the environmental issue be understood from the Marxist theory of dependency? To answer this question, the present work will use the theoretical framework of Marxist matrix, the inductive approach method, the historical procedure method, and the bibliographical research technique. The aim is to point out if there are particularities of the environmental issue in the dependent's countries. **Keywords:** Nature. Capitalism. Dependency.

Introdução

A questão ambiental está na ordem do dia. Na mídia, nas escolas, nos movimentos sociais, debatem-se as causas e as consequências da degradação ambiental, bem como são propostas diversas soluções para esse problema. Entretanto, a ambiental, trata-se de uma questão que deve ser compreendida à luz das relações sociais, econômicas e políticas nas quais ela está inserida. Afinal, não se trata de uma natureza abstrata, mas de uma natureza histórica que integra uma dada formação social: a capitalista.

Essa formação social, por sua vez, se constitui em uma totalidade integrada diferenciada, na qual atuam países imperialistas e dependentes. A teoria marxista da dependência (TMD) fornece importantes subsídios para compreender as especificidades dos países dependentes no capitalismo global, contudo não trata diretamente da questão ambiental nesses países. Por isso, surge o seguinte questionamento: como a questão ambiental pode ser compreendida a partir da TMD?

Para responder ao questionamento posto, o presente trabalho adota o referencial teórico de matriz marxista. A escolha por esse

arcabouço teórico se deve ao fato de que Karl Marx se dedicou a compreender as engrenagens do capitalismo, bem como deixou um método capaz de apreender como as suas relações sociais são estabelecidas, inclusive a mediação do intercâmbio material entre o ser humano e a natureza pelo capital. Tal método rompe com uma herança metafísica, a-histórica e teleológica do conhecimento.

Em termos de estrutura, no trabalho, utiliza-se o método de abordagem indutivo. Esse método é empregado, pois há apontamentos gradativos das contribuições marxistas para a compreensão da questão ambiental no capitalismo e, de forma mais específica, nos países dependentes. Assim, em um primeiro momento, são analisadas as contribuições do próprio Marx para a questão ambiental; em um segundo momento, trata-se das contribuições de teóricos marxistas, para que, em um momento posterior, seja introduzida a TMD e traçado um diálogo entre ela e a questão ambiental.

Como método de procedimento, emprega-se o histórico, uma vez que o objeto de pesquisa é analisado a partir do todo social no qual está inserido. E, como técnica de pesquisa, utiliza-se a bibliográfica. Assim, o objetivo do presente trabalho é indicar como a questão ambiental pode ser compreendida a partir da TMD.

1. Capitalismo e a questão ambiental em Marx

Por muito tempo, o marxismo foi considerado inapropriado para tratar de questões ambientais. Essa rejeição se devia, em especial, ora a uma suposta postura antiecológica de Marx em seus escritos, ora a uma hipotética ausência de consideração da natureza na teoria do valor (FOSTER, 2005). Contudo, cada vez mais que a degradação ambiental se alastra, reforça-se o entendimento de que essa questão precisa ser interpretada a partir do todo social no qual ela está inserida, isto é, na formação social capitalista. E, em razão disso, o referencial teórico de matriz marxista destaca-se como uma alternativa, em razão

da sua abordagem holística, histórica e crítica do capitalismo e de seu potencial teórico e prático para sua superação (PRADO JÚNIOR, 1973).

Nessa perspectiva, serão realizadas a seguir considerações, ainda que não exaustivas³, sobre como a inserção da natureza nas relações de produção capitalistas é tratada desde Marx até teóricos marxistas atuais. O objetivo dessa análise é demonstrar como, no modo de produção capitalista puro, essa relação é estabelecida e, a partir desse conhecimento, traçar suas especificidades nos países cujo desenvolvimento é subordinado aos países imperialistas com base na TMD.

1.1 Marx: de prometeico à ambientalista

Não é incomum que Karl Marx seja associado a diversas designações: filósofo, sociólogo, economista, revolucionário e, não menos memorável, comunista. Contudo, quando se questiona o posicionamento de Marx acerca da questão ambiental, surgem dúvidas quanto ao seu enquadramento. Seria Marx um defensor do domínio da natureza pelo ser humano em um sentido antropocêntrico? Ou Marx teria uma base ecológica?

Para responder a essa pergunta, é necessário analisar o conjunto das obras de Marx e situá-lo no contexto histórico social específico no qual ele estava inserido. Após a sua formação acadêmica, Marx passou a trabalhar para o jornal “Gazeta Renana” (SCHIAN, 2011). Um dos seus primeiros artigos publicado nesse jornal foi intitulado de “Debates sobre a lei dos roubos de madeira” (SCHIAN, 2011).

³ Cumpre esclarecer que o objetivo do presente trabalho é trazer elementos introdutórios acerca de possíveis diálogos e intersecções entre a problemática ambiental e a TMD. Há uma vasta literatura que, com base no referido arcabouço teórico, tem desenvolvido debates sobre temas como a questão agrária, o fenômeno do extrativismo, o processo de estrangeirização de terras, temas esses que, ainda que de suma relevância para o Brasil e a América Latina, e que poderiam agregar substância à argumentação aqui apresentada, não serão diretamente abordados neste artigo, na expectativa de serem objeto de pesquisas futuras.

No referido artigo, Marx discutia se a colheita de madeira realizada pelos camponeses em uma província da Alemanha, até então considerada direito consuetudinário, deveria ser um crime de furto (MARX, 2017).

Apesar de a discussão do artigo se centrar na legitimidade da propriedade privada e da utilização de normas jurídicas para resguardar privilégios, Marx (2017) também traçou uma reflexão de que, nas formações sociais anteriores ao capitalismo, havia elementos que tinham um caráter incerto: não eram propriedade privada nem propriedade comum. Assim, é possível inferir que o jovem Marx já compreendia que o caráter inapropriável da natureza estava em contradição com o ânimo apropriador do capital.

Na verdade, diversos textos de Marx contêm *insights* ecológicos (FOSTER, 2005). Entretanto, como alerta Michael Löwy (2014), a questão ambiental não ocupa um lugar central em seus escritos, bem como a relação sociedade-natureza não é apresentada de modo unívoco, o que abre caminho para diversas interpretações. É o caso, por exemplo, da obra “Manuscritos econômicos-filosóficos” (MARX, 2010).

Nessa obra, Marx (2010) reconhece a interconexão entre o ser humano e a natureza e afirma que, no modo de produção capitalista, o trabalho opera uma relação de estranhamento entre esses elementos, ou seja, uma alienação. Contudo, nesse título, Marx trata a natureza como uma extensão do corpo humano, ou melhor, como seu corpo inorgânico. O uso dessa expressão faz com que Marx seja acusado de ser antropocêntrico, pois teria reduzido a natureza ao ser humano (FOSTER; BURKETT, 2016).

Foster e Burkett (2016) entendem que a expressão “corpo inorgânico” visa demonstrar que o ser humano depende de condições externas para sobreviver, não apenas de seus órgãos. Para Judith Butler (2021), quando Marx utiliza essa expressão, ele não quer dizer que a natureza é inorgânica em si, mas que ela se torna inorgânica, quando sua matéria é transformada em objeto e produto do trabalho. Esse termo, portanto, transmite a ideia de que os humanos são dependentes

da natureza e das atividades pelas quais ela se torna suporte e sustento para os seres vivos (BUTLER, 2021).

Outra obra que suscita acusações antiecológicas a Marx é o Manifesto Comunista (MARX; ENGELS, 2010), onde ocorreria uma exaltação das forças produtivas. Esse entusiasmo pelo desenvolvimento das forças produtivas rendeu ao pensador alemão o título de prometeico (FOSTER, 2005). Trata-se, entretanto, de entusiasmo justificado pela época, pois o avanço tecnológico permitiu afastar a visão de que o destino dos seres humanos era determinado por poderes divinos (LOUREIRO, 2014). Esse ânimo, portanto, não era uma defesa do domínio da natureza, tanto que, para Marx, são essas mesmas forças produtivas que solapam toda a fonte de riqueza: o trabalhador e a terra (MARX, 2013).

Conforme Kohei Saito (2020), há indicativos de que Marx começara a estudar os impactos da industrialização e da agricultura moderna no solo antes do seu falecimento. Esses estudos de Marx proporcionaram a formulação do conceito de falha metabólica, o qual é associado a uma perspectiva ecológica. A falha metabólica designa o processo em que a população fora transferida em massa do campo para a cidade em razão da industrialização, de modo que os dejetos produzidos por ela se concentraram nos centros urbanos, sem retornar e restaurar os solos originais (MARX, 2013).

Dessa forma, o conceito de falha metabólica indica que Marx considerava que as relações de produção capitalistas produziam impactos na natureza. Esses impactos, portanto, estão situados dentro de um modo de produção específico e, conseqüentemente, são superáveis (GOMEZ, 2004). Diante disso, faz-se possível encontrar em Marx uma defesa de um modo de produção que possibilite que o ser humano se relacione com a natureza de forma não alienada, utilizando-se do desenvolvimento das forças produtivas para satisfazer as suas necessidades, sem esgotá-lo e sem solapar a própria natureza (BURKETT, 1999). E, em razão disso, há quem sustente uma base ecológica em Marx.

Logo, observa-se que, no conjunto de obras de Marx, há passagens que suscitam enquadramentos contraditórios em relação à questão ambiental. Mas, mais do que buscar citações em suas obras, é necessário atentar para a sua teoria e para o seu método materialista histórico dialético (LOUREIRO, 2014). Ainda que se possa vir a concordar com o fato de que Marx não abordou profundamente a questão ambiental, como alega Löwy (2014), resulta inegável reconhecer que o pensador alemão deixou um método e categorias suficientes para tanto. Por isso, torna-se importante apontar as contribuições de teóricos marxistas posteriores a Marx acerca da questão ambiental.

1.2 O referencial teórico marxista e a questão ambiental no capitalismo global

O diálogo entre o marxismo e a crítica da degradação ambiental começou a ser traçado com mais força a partir de 1960, com o advento do movimento ecológico (FOSTER; BURKETT, 2016). Esse diálogo foi estabelecido em três estágios. No primeiro, a crítica histórica-materialista de Marx andava junto com a preocupação ecológica. Em um segundo momento, o marxismo foi considerado oposto ao ambientalismo. Já, em um terceiro estágio, resgatou-se a análise histórica material de Marx para tentar compreender a crise ambiental (FOSTER; BURKETT, 2016).

Dentro desses estágios, destacaram-se pesquisadores como James O'Connor, quem formulou a tese de duas contradições principais do capitalismo (O'CONNOR, 1998). A primeira das contradições estaria centrada na contradição entre valor de uso e valor de troca, bem como entre capital constante e capital variável. Ela seria manifesta em crises de superprodução (FOLADORI, 1997). Já a segunda estaria centrada na apropriação do capital da força de trabalho, do espaço e da natureza de forma destrutiva, colocando um limite físico a esse próprio modo de produção. Ela seria manifesta em crises de custos (FOLADORI, 1997).

Para Foster e Burkett (2016), essa leitura de O'Connor tende a submeter as contradições ambientais à crise econômica. Guillermo Foladori (1997), por sua vez, pontua que a crise ambiental não pode ser considerada um limite físico ao capitalismo, pois esse modo de produção é capaz de superar tais problemas, seja através do aumento de custos, com a reciclagem de produtos ou diminuição de salários, por exemplo.

Na tentativa de conjugar o pensamento de Marx com as problemáticas ambientais, se consolida o ecossocialismo (LÖWY, 2021). Michael Löwy (2021) explica que esse termo aponta mudanças na reflexão socialista. O capitalismo passa a ser considerado um sistema baseado na exploração e na destruição massiva das condições de vida no planeta. Há uma nova compreensão do socialismo por transformações na propriedade, no aparato produtivo, nos padrões de consumo e no modo de vida em sua totalidade. E há uma visão crítica das experiências em nome do socialismo no século XX que, em suas tendências dominantes, ignoraram o meio ambiente e adotaram o aparato produtivo ocidental com consequências negativas (LÖWY, 2021).

Entretanto, Paul Burkett e John Bellamy Foster (2016) afastam a necessidade de uma nova formulação teórica que tente ligar o marxismo ao ambientalismo como o ecossocialismo, pois o próprio marxismo já seria uma espécie de ambientalismo (BURKETT, 1999). Para demonstrar isso, os referidos autores buscam, na própria teoria do valor de Marx e através do método materialista histórico dialético, o fundamento para a defesa de uma coevolução sustentável entre o ser humano e a natureza.

Ainda, conforme Burkett e Foster (2016), o intercâmbio material entre o ser humano e a natureza consiste no trabalho. Nas formações sociais anteriores ao capitalismo, o trabalho estava orientado para a produção de valores de uso, isto é, dos bens necessários para a sobrevivência humana (BURKETT, 1999). Contudo, isso se altera

com o advento do modo de produção capitalista. A partir de então, o trabalhador passa a operar os meios de produção pertencentes ao capitalista para a produção de mercadorias. O tempo pelo qual ele dispense a sua força de trabalho lhe assegura um salário, isto é, um valor de troca, que serve para garantir a sua subsistência. A mercadoria produzida contém o tempo de trabalho dispendido nela, que, desconsideradas as particularidades de cada trabalho e de cada processo de produção, compõe o valor. Assim, a mercadoria é portadora de valor.

O ponto nevrálgico da teoria de Marx reside em que o trabalhador dispense sua força de trabalho por um tempo maior do que o necessário para obter a sua subsistência. O tempo de trabalho a mais, por sua vez, acrescenta mais valor à mercadoria. Esse mais valor será incorporado pelo capitalista, que o realizará na esfera da circulação mercantil (MARX, 2013). Conforme Burkett (1999), portanto, no modo de produção capitalista, as relações de produção visam o valor. E isso gera consequências na relação entre o ser humano e a natureza: a natureza deixa de ser compreendida como um elemento fundamental para a sua sobrevivência e desenvolvimento humano e passa a ser apenas um objeto a ser manipulado na produção de mercadorias (BURKETT, 1999).

Entretanto, o caráter homogêneo, divisível e ilimitado do capital não respeita os limites quantitativos, a biodiversidade e a interconexão ecológica da natureza (BURKETT, 1999), o que suscita uma degradação ambiental. Assim, Burkett (1999) demonstra que a análise materialista histórica dialética das relações de produção capitalistas evidencia que esse modo de produção não comporta uma coevolução sustentável entre o ser humano e a natureza.

A existência de uma contradição latente entre o capital e a natureza faz com que o capital tente contornar os problemas ambientais, utilizando-se de sua própria estrutura como, por exemplo, pelo mero deslocamento geográfico dos problemas ambientais (FOSTER; CLARK; YORK, 2010). Assim, torna-se necessário compreender como

o capitalismo se organiza hierarquicamente em âmbito global para auferir se a questão ambiental apresenta particularidades em uma perspectiva territorializada.

2. A questão ambiental no capitalismo dependente: o lugar da natureza na teoria marxista da dependência

Não é novidade que, dentro do referencial teórico marxista, há o entendimento de que o modo de produção capitalista suscita relações internacionais com grau de assimetria particular, que decorre do estabelecimento de vínculos de dominação e de dependência (COHEN, 1976). Essas relações podem ser traduzidas no fenômeno do imperialismo.

Os teóricos do imperialismo partem da premissa de que o sistema capitalista mundial constitui uma ordem hierárquica baseada no desenvolvimento geográfico desigual dos países, de modo que uma pequena minoria de países condiciona e subordina uma grande maioria (BUENO, 2019). Assim, os teóricos do imperialismo estudam essas relações internacionais assimétricas com base nos países que se aproveitam dessa assimetria, isto é, os países imperialistas, pioneiros no desenvolvimento.

Em complemento a essa teoria, se consolida a TMD, que concebe o sistema capitalista mundial a partir da estrutura e dinâmica dos países que sofrem com esse desenvolvimento geográfico desigual, ou seja, os países subordinados, ditos dependentes (BUENO, 2019). Assim, cabe introduzir a TMD, para que, em momento posterior, se torne possível analisar como a questão ambiental pode ser compreendida a partir dessa teoria.

2.1 A teoria marxista da dependência

A TMD começou a se desenvolver nos anos 1960 e 1970 na América Latina (KATZ, 2020). Ela é “a síntese do encontro profícuo

entre a teoria do valor de Marx e a teoria marxista do imperialismo [...]” (LUCE, 2018, p. 9). Seu objetivo é explicar processos e tendências específicos no âmbito da totalidade integrada e diferenciada que é o capitalismo mundial (LUCE, 2018).

Cumprir ressaltar que a teoria da dependência não se resume à corrente marxista. Claudio Katz (2020) afirma que há três vertentes. Na marxista, destacam-se Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, para os quais, há uma reprodução econômica dependente e uma inserção internacional subordinada dos países latino-americanos (KATZ, 2020). Há outra vertente, na qual Fernando Henrique Cardoso se insere, que faz a defesa de um desenvolvimento associado com empresas transnacionais (KATZ, 2020). E a terceira, por sua vez, corresponde à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), da qual fazem parte Celso Furtado e Raúl Prebisch e volta-se para uma maior industrialização e regulação estatal da economia (KATZ, 2020).

A inquietação que move os teóricos da dependência gira em torno do que suscita o subdesenvolvimento dos países periféricos e dos meios para superar essa condição. Para Celso Furtado (1974), há um mito do desenvolvimento, que faz crer na universalização do desenvolvimento alcançado pelos países centrais. Conforme esse mito, o fato de algumas economias serem subdesenvolvidas se deve à insuficiente industrialização, falta de tecnologia ou até mesmo ao não cumprimento de etapas necessárias para tanto.

Assim, para os teóricos da dependência, o subdesenvolvimento não é algo acidental (MARINI, 2017), mas uma expressão da dinâmica do capitalismo. Mas mais do que apontar esse vínculo, a TMD ainda afirma que a forma de reprodução do capitalismo nos países cujo desenvolvimento é condicionado pelo desenvolvimento dos países imperialistas do centro dominante possui especificidades, que apontam que o capitalismo se reproduz através de um desenvolvimento desigual.

Nesse sentido, Ruy Mauro Marini (2017) afirma que as economias latino-americanas apresentam peculiaridades expressas em três categorias constitutivas das economias dependentes. Trata-se da transferência de valor como intercâmbio desigual, da superexploração do trabalho e da cisão no ciclo de produção do capital (LUCE, 2018).

A primeira está ligada ao fato de que as mercadorias possuem uma taxa de lucro média correspondente ao seu preço de produção. Nas economias centrais, onde há maior produtividade, as mercadorias podem ser produzidas abaixo do seu preço de produção, embora sejam vendidas por valor correspondente a esse. Nas economias periféricas, por sua vez, as tecnologias defasadas suscitam que as mercadorias possuam um custo de produção maior que o médio (LUCE, 2018). Nessa senda, as economias que produzem acima do preço de produção transferem valor para aquelas em condições mais vantajosas, operando uma redistribuição de valores. Trata-se da mais-valia extraordinária. Essa transferência pode se dar pela simples produção de mercadorias nos países dependentes ou através da remessa de lucro, da dívida externa, da apropriação da renda diferencial e de renda absoluta de monopólio sobre os recursos naturais, por exemplo (LUCE, 2018).

Para compensar essa transferência de valor, as burguesias nacionais operam um processo de superexploração do trabalhador (MARINI, 2017). A superexploração se caracteriza pelo aumento da intensidade da jornada de trabalho, de modo que isso ocasiona um desgaste prematuro do trabalhador e por uma remuneração insuficiente para a reprodução da própria força de trabalho, o que prejudica o consumo dos bens indispensáveis para sua sobrevivência (LUCE, 2018).

O condicionamento do desenvolvimento dos países periféricos pelos países centrais faz com que os países latino-americanos se especializem em fornecer produtos primários. Isso reflete uma divisão internacional do trabalho e uma cisão no ciclo do capital nos países dependentes (LUCE, 2018). Afinal, a produção se volta para o mercado externo. Ao mesmo tempo, há uma pequena parcela que se beneficia

desse processo e passa a consumir bens, em regra, importados, que são inadquiríveis pelo salário do trabalhador. Assim, os trabalhadores não consomem o que produzem e não produzem o que consomem e há uma cisão entre esfera alta (própria dos não-trabalhadores) e baixa (referente aos trabalhadores) do consumo (MARINI, 2017).

Essas categorias, portanto, expressam a dependência. Ao compreendê-las, percebe-se que a dependência designa uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, nas quais as relações são recriadas de modo que assegurem a reprodução ampliada da dependência (LUCE, 2018). Isso significa, por exemplo, que toda vez que a burguesia nacional intensifica a jornada de trabalho para compensar a transferência de valor como intercâmbio desigual, ela não está se aproximando mais de um desenvolvimento, pelo contrário, ela está reproduzindo a dependência (LUCE, 2018).

A forma com que a burguesia nacional busca sair dessa relação, portanto, acaba por ampliar a dependência. E essa tentativa, em regra, não assola apenas o trabalhador, mas também a própria natureza, pois se avança sobre a terra e seus recursos naturais, a fim de explorá-los para gerar mais capital e superar a condição de país subdesenvolvido. Observa-se, portanto, que a condição de dependência influi na forma com que a natureza é explorada nos países latino-americanos. Por isso, torna-se importante analisar os aportes teóricos da TMD para se compreender a questão ambiental no capitalismo.

2.2 O lugar da natureza na teoria marxista da dependência

Mathias Seibel Luce (2018) deixa claro que a TMD não é uma teoria que se basta por si só, de modo que não se deve esperar dela respostas sobre todas as problemáticas que rondam o capitalismo. Contudo, isso não significa que essa teoria deve ser descartada para tratar de assuntos que não estão em seu cerne, como a questão ambiental. A TMD informa que o capitalismo se desenvolve de forma singular nas formações econômico-sociais subordinadas ao imperialismo.

A questão aqui proposta é investigar como essas formas particulares impactam a natureza nos países dependentes.

Um olhar mais profundo sobre a categoria da transferência de valor como intercâmbio desigual, integrante da TMD, indica que uma de suas formas depende necessariamente de uma investida contra os recursos naturais. Trata-se da apropriação de renda diferencial e da renda absoluta de monopólio sobre as terras (LUCE, 2018), que se refere a uma renda obtida através da apropriação privada de terra, do controle de território e dos recursos naturais a ela associados (BUENO, 2019).

A renda absoluta é a parcela de renda que é obtida pela simples propriedade do solo, independente da sua qualidade natural ou da sua produtividade incrementada. Quando se leva esses fatores em consideração, tem-se a renda diferencial, que se subdivide em duas formas: a renda diferencial I e a renda diferencial II respectivamente. Há quem sustente outra espécie de renda diferencial, a IV renda da terra, que seria baseada na expectativa de valorização da propriedade fundiária (BUENO, 2019).

A questão é que os capitais estrangeiros tendem a se apropriar da renda fundiária dos países dependentes, operando uma transferência de lucro extraordinário. Isso ocorre, por exemplo, através do processo de estrangeirização de terras (BUENO, 2019). Portanto, essa forma de transferência de valor como intercâmbio desigual implica na subsunção da terra e dos recursos naturais a ela associados aos ditames do capital. Isso não significa que tal fenômeno não possa acontecer em outros países não dependentes. Mas isso demonstra que o esgotamento da terra é uma marca da dependência.

Nessa perspectiva, há uma superexploração da natureza, aos mesmos moldes de que há uma superexploração do trabalhador nas economias dependentes. E isso não significa afirmar que há apenas um aumento do grau de exploração da natureza, bem como do trabalhador. Na verdade, quer-se dizer que esse exaurimento do trabalhador e da natureza ocorrem com o fito de compensar a transferência de valor

extraordinário para os países imperialistas e constituem uma forma de reprodução ampliada da dependência.

Entretanto, cabe ressaltar que a expansão do sistema no centro depende cada vez mais do acesso aos recursos naturais não renováveis dos países da periferia. Assim, a reserva de recursos naturais pode ser utilizada como um instrumento de poder pelos países periféricos (FURTADO, 1974). Todavia, os benefícios disso geralmente beneficiam apenas parte da população, sem que a estrutura da economia capitalista se modifique de forma sensível (FURTADO, 1974). Essa situação pode ser lida como uma forma de manifestação da cisão no ciclo do capital, pois reflete a estratificação no mercado interno em esferas alta e baixa do consumo (LUCÉ, 2018).

Essa necessidade de acesso aos recursos naturais nos países periféricos abre caminho para o avanço dos processos de extração de valor na região, por meio de formas variadas de expropriação, e suscita conflitos socioambientais, que se referem a disputas pelo acesso a recursos naturais e serviços naturais, bem como à distribuição dos danos causados pela degradação ambiental (MUNIZ, 2009). Na prática, nos países dependentes, ocupa-se terras indígenas, camponesas e quilombolas, para que sejam usufruídos os recursos ambientais presentes nesse solo, gerando um dano ambiental e também social pelo deslocamento de comunidades originárias (AITA; SILVA; DAVID, 2018).

Assim, se Marx afirmava (2013, p. 380) que “[...] a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador”, cabe acrescentar que, uma vez que o capital se reproduz com base no desenvolvimento geográfico desigual dos países, então a produção capitalista dos países imperialistas só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, na medida em que os países dependentes solapam os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador.

Portanto, é possível concluir que a TMD possibilita compreender que a questão ambiental apresenta especificidades nos países

dependentes. A degradação ambiental aparece como uma marca da dependência, ao mesmo tempo em que o seu exaurimento é visto como uma alternativa para superar as relações de subordinação em relação aos países imperialistas, quando, na verdade, só acaba por reproduzir a dependência. Assim, a análise da questão ambiental a partir da TMD permite compreender que a subordinação econômica, política e social dos países dependentes é condição fundamental para se pensar criticamente os intensos processos de devastação no contexto da América Latina.

3. Considerações finais

O método materialista histórico dialético e a teoria do valor de Marx providenciam arsenal suficiente para compreender como a questão ambiental se insere nas relações de produção capitalistas. Conforme o exposto, na formação social capitalista, a natureza é considerada um elemento a ser manipulado para a produção de mercadorias vendáveis que realizem valor na esfera da circulação. O fato de que os meios de produção estão separados dos trabalhadores faz com que haja uma alienação destes em relação à natureza, uma vez que ela deixa de ser vista como um elemento fundamental para a sua sobrevivência, tornando-se apenas um objeto a ser manejado no processo de produção.

Essa compreensão geral da natureza no capitalismo permite enxergar que a natureza está em uma latente contradição com o capital. E para compreender os reflexos dessa contradição, é necessário atentar para a organização hierárquica do capitalismo no sistema global. Esse modo de produção está em constante reprodução e, para tanto, usufrui do desenvolvimento geográfico desigual dos países, atuando mediante relações imperialistas e vínculos de dependência.

A TMD surge como um complemento às teorias do imperialismo, pois busca compreender como o capitalismo se manifesta nas economias latino-americanas, as quais possuem o desenvolvimento con-

dicionado e subordinado ao desenvolvimento dos países imperialistas do centro dominante. Conforme a TMD, os países dependentes são marcados pela transferência de valor como intercâmbio desigual, pela superexploração do trabalhador e pela cisão no ciclo do capital.

A compreensão da questão ambiental a partir da TMD possibilita constatar que, através da transferência de valor como intercâmbio desigual, em especial pela forma da apropriação de renda fundiária, há um processo de esgotamento do solo e dos recursos naturais a ele associados, de forma que a degradação ambiental pode ser considerada uma marca da dependência. Para compensar essa espécie de transferência de valor, a burguesia nacional superexplora suas fontes de riqueza: o trabalhador e a natureza e, ao agir de tal forma, acabar por reproduzir os padrões de dependência. Contudo, o fato de que os países imperialistas dependem dos recursos naturais dos países latino-americanos gera uma determinada vantagem para estes. Entretanto, apenas uma parcela minoritária se aproveita dessa vantagem, o que reforça a cisão no ciclo do capital, bem como gera conflitos socioambientais, nos quais, em regra, os povos originários sofrem os danos.

Assim, a TMD permite compreender que a degradação ambiental nos países dependentes é uma marca da sua relação de subordinação e de dependência em relação aos países imperialistas. E mais do que isso, ela suscita a necessidade de se pensar o desenvolvimento em novos termos, ao mesmo tempo em que aponta que uma coevolução sustentável entre o ser humano e a natureza não é comportada pela formação social capitalista.

Referências

- AITA, Dimitri; SILVA, Maria; DAVID, Thomaz. Imperialismo, desenvolvimento econômico e degradação ambiental: uma análise da crise ecológica sob a perspectiva dicotômica centro-periferia. *Rev. Direito Econ. Socioambiental*, Curitiba, v. 8, n. 3, p. 457-480, 2017.
- BUENO, Igor. *Dependência, questão agrária e globalização: interpretações econômico-políticas e jurídicas da estrangeirização da terra no Brasil*. 2019. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Direito, UFSM, Santa Maria, 2019.
- BUTLER, Judith. O corpo inorgânico no jovem Marx. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 16, p. 1-18, 2021.
- BURKETT, Paul. *Marx and nature: a red and green perspective*. New York: St. Martin's Press, 1999.
- COHEN, Benjamin J. *A questão do imperialismo: a economia política da dominação e dependência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FOLADORI, Guillermo. A questão ambiental em Marx. *Crítica Marxista*, São Paulo, v.1, n.4, p.140-161, 1997.
- FOSTER, John; BURKETT, Paul. *Marx and the Earth: an anti-critique*. Boston: Brill, 2016.
- FOSTER, John; CLARK, Brett; YORK, Richard. *The ecological rift: capitalism's war on the earth*. New York: Monthly Review Press, 2010.
- FOSTER, John. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

- GOMEZ, André. *A Dialética da natureza de Marx: os antagonismos entre capital e natureza*. 2004. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Filosofia, PUC, Rio de Janeiro, 2004.
- KATZ, Claudio. *Teoria da dependência*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- LÖWY, Michael. *Ecosocialismo: o que é, por que precisamos dele, como chegar lá? Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v. 13, n. 2, p. 471-482, 2021.
- LÖWY, Michael. *O que é o ecosocialismo?* São Paulo: Cortez, 2014.
- LOUREIRO, Carlos. Materialismo histórico-dialético e a pesquisa em educação ambiental. *Pesquisa em educação ambiental*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 53-68, 2014.
- LUCE, Mathias Seibel. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica*. São Paulo: Expressão popular, 2018.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, 2017.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômicos filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. *Os despossuídos*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. *O Capital: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS; Friedrich. *O manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MUNIZ, Lenir. Ecologia política: o campo de estudo dos conflitos sócio-ambientais. *Repocs*, v. 6, n. 12, p. 181-196, 2009.

- O'CONNOR, James. *Natural Causes: Essays in Ecological Marxism*. New York: The Guilford Press, 1998.
- PRADO JUNIOR, Caio. Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista. *Discurso*, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 41-78, 1973.
- SAITO, Kohei. Os cadernos ecológicos de Marx. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 50, p. 193-2013, 2020.
- SCHIAN, Rodolfo Medeiros. *Marx: a relação sociedade-natureza*. 2011. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, PUC, São Paulo, 2011.